

POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS: UMA MEMÓRIA A SER SILENCIADA
AFFIRMATIVE ACTIONS POLICY: A MEMORY TO BE SILENCED

Marcelo Giovannetti Ferreira Luz
 Mestrando em Linguística
 Universidade Federal de São Carlos
 (giovannetil@gmail.com)

RESUMO: Este artigo procura analisar os sentidos que se estabelecem discursivamente na produção de enunciados relativos aos movimentos das ações afirmativas de cotas raciais para o ingresso nas universidades públicas brasileiras. Na tentativa de reivindicação da igualdade, supostamente destituída por tais políticas de ações afirmativas, alguns movimentos contrários às cotas raciais produzem enunciados que marcam sua posição ideológica em torno da questão, de modo que se permita pensar na tentativa de permanência das desigualdades existentes, principalmente aquelas produzidas por questões raciais. Ademais, observa-se que os grupos contrários às ações afirmativas de cotas raciais procuram silenciar uma memória de preconceito racial existente no país, almejando a permanência desta, acompanhada pela manutenção das posições sociais. Os resultados preliminares mostram um apagamento de determinada memória discursiva e consequente emergência de outros sentidos em tais discursos.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Memória discursiva; Racismo; Silenciamento

ABSTRACT: This paper aims at analyzing the meanings that are discursively set up for the production of statements related to the movements of affirmative actions of racial quotas for the entrance to Brazilian public universities. In the attempt to claim equality, supposedly devoid by such policies of affirmative actions, some movements that are contrary to the racial quotas produce discourses that show clearly their ideological position on the issue in such a way that it makes possible to think as an attempt to maintain inequalities, mainly those related to racial issues. Moreover, it is observed that those groups against affirmative actions policies seek to silence the memory of racial prejudice in the country, aiming at staying that, to the maintenance of social positions. Preliminary results showed a deletion of determined discursive memory and consequent emergence of other senses in such discourses.

Keywords: affirmative actions; discourse analyse; discursive memory; racism; silence

Introdução

Desde o ano de 1995, quando criado o já extinto Grupo de Trabalho Interdisciplinar (GTI), há em debate na sociedade a questão das Políticas de Ações Afirmativas, que pretendem, entre outras coisas, estabelecer cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, baseando-se em critérios étnico-raciais. Uma das justificativas para a implantação de tais políticas baseia-se na suposta “dívida” existente para com os descendentes dos africanos trazidos para o Brasil a fim de servirem como mão-de-obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar, durante o período colonial. Os discursos de tais grupos baseiam-se na trajetória social desses afro-descendentes que, mesmo após sua libertação, em 1888, quando da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, não foram incluídos na sociedade

brasileira de fato, sendo ainda tratados como escravos, em condições de inferioridade perante o restante da sociedade, tida como branca, visto que os discursos escravistas não haviam sido esquecidos, apagados com eficácia pela assinatura de tal lei.

Os manifestos dos grupos em prol das ações afirmativas no Brasil, doravante denominados “discursos cotistas”, produzem um efeito de sentido restaurador diante das injustiças ocorridas no passado, como uma forma de reparação para os danos causados à população negra, quando de sua escravização e após sua libertação, visto que, mesmo depois da liberdade garantida por lei, os negros não chegaram a ocupar posições privilegiadas na sociedade brasileira. Como uma forma de garantir o pertencimento dessa parcela da população à sociedade, garantindo-lhes os direitos democráticos da nação, os “discursos cotistas” buscam a implantação das cotas raciais como forma de garantir, entre outros benefícios, o ingresso dessa parcela excluída da sociedade no ensino superior público, promovendo, assim, a igualdade tão almejada e supostamente garantida pelo discurso legal da Constituição da República.

Em contrapartida, encontramos discursos referentes às ações afirmativas que são contrários à adoção de cotas raciais, visto elas serem um modo desigual de acesso à universidade pública. Tais discursos baseiam seus argumentos em textos legais, como o artigo 5º, da Constituição da República, que garante a igualdade a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de *raça*. Nos manifestos contra as cotas raciais, doravante denominados “discursos anti-cotas”, encontramos uma tentativa de silenciamento das desigualdades existentes no país, com argumentos baseados na suposta igualdade de direito existente na sociedade brasileira, garantida pelo texto constitucional.

Visa-se, com este trabalho, a uma compreensão dos efeitos de sentidos produzidos pelos discursos referentes às políticas de ações afirmativas, buscando-se compreender o funcionamento da memória discursiva, de acordo com Courtine (2009), irrompendo-se em um acontecimento discursivo, segundo Pêcheux (1988), que emerge com os discursos referentes às políticas de ação afirmativa, tirados de matérias publicadas em revistas e sites. Ademais, procura-se entender como os “discursos anti-cotas” concorrem para o silenciamento e apagamento de formulações que provoquem o ressurgimento das questões de racismo na sociedade brasileira contemporânea, decorrentes do processo das ações afirmativas.

As análises empreendidas neste trabalho tomam como **corpus** recortes retirados de matérias de revistas e jornais, bem como pichações inscritas em locais públicos que possuam o mesmo recorte temático, isto é, a questão das políticas afirmativas e das cotas raciais para ingresso no ensino superior público.

O acontecimento discursivo referente às Políticas de Ações Afirmativas

Em meio a toda uma discussão a respeito das políticas de ações afirmativas, houve a emergência de discursos favoráveis a tais políticas e discursos contra elas. Do ponto de vista da Análise de Discurso Francesa, ao qual este trabalho se filia, devemos analisar como os discursos contra e a favor à adoção das cotas raciais emergem como um acontecimento discursivo, no qual encontra-se uma memória de dizeres no presente do acontecimento.

Para mobilizarmos a noção de **acontecimento discursivo**, procuramos compreender como são determinadas as produções dos discursos referentes às ações afirmativas a serem analisados no interior de uma formação discursiva em que cada discurso se insere, visto serem antagônicos. Para tanto, devemos tomar como base algumas sequências discursivas de referência (sdr), trazidas de matérias jornalísticas publicadas sobre a questão das cotas raciais. Segundo Courtine,

Convém, para começar, determinar a escolha de uma sequência discursiva como ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização; nomearemos tal sequência discursiva: sequência discursiva de referência (sdr).

A sdr está relacionada a um sujeito de enunciação como a uma situação de enunciação determináveis em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e mais geralmente circunstanciais (tempo da enunciação, lugar da enunciação, circunstâncias da enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados...) (COURTINE, 2009, p. 107-8)

De acordo com o autor acima, a sdr está relacionada diretamente a uma situação de enunciação, tida como o acontecimento discursivo que dá origem à sdr em questão. Logo, a análise de tais sequências considerará as circunstâncias em que elas foram produzidas no acontecimento em questão, sendo que seu aparecimento decorre de certas condições de produção que permitem a emergência de determinados enunciados, no interior de certas **formações discursivas**, doravante **FD**. No entanto, cabe aqui a consideração de que não se deve tratar as condições de produção do discurso empiricamente, ou seja, tratanto o tempo de

enunciação como cronológico, o lugar de enunciação como sendo o espaço físico, tampouco as circunstâncias de enunciação de forma pragmática, visto esses elementos serem determinados por suas condições sócio-históricas e ideológicas.

Buscamos no trabalho desenvolvido por Orlandi (2006), que se filia às noções de Pêcheux, uma possível definição de **FD**; segundo a autora,

Chamamos então formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito. Portanto, as palavras, proposições, expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidos (ORLANDI, 2006, p. 17).

Podemos notar, no corpus em questão, a presença de duas posições ideologicamente antagônicas, configuradas por aqueles favoráveis às cotas raciais e aqueles contra as mesmas, ou seja, a presença de **discursos cotistas e anti-cotistas**. Tais posições ideologicamente configuradas dão origem a discursos que, por suas regularidade e dispersão, inserem-se em formações discursivas antagônicas, atribuindo sentidos aos discursos produzidos em seu interior.

Ao atentarmos para a definição de formação discursiva dada por Orlandi, devemos nos ater ao fato de que ela “(...) determina o que pode e deve ser dito.”, ou seja, os sentidos são regulados pela formação discursiva em que o enunciador está inserido. Ademais, ao compreendermos que uma FD materializa uma determinada FI, podemos identificar a posição ideológica a que pertencem tais discursos analisados, visto que os enunciados são submetidos a regras de formação, ou seja, a condições de existência dada por uma distribuição discursiva, de acordo com Courtine (2009). São, a meu ver, essas regras de formação, determinadas pelas formações ideológicas materializadas no discurso, que atribuem sentidos aos enunciados dos manifestos referentes às cotas raciais.

Portanto, devemos analisar os discursos referentes às políticas de ações afirmativas, mais especificamente, às cotas raciais como sendo acontecimentos discursivos que se dão no interior de formações discursivas que materializam posições ideológicas configuradas no e pelo acontecimento em questão. Devemos, agora, analisar a constituição do interdiscurso no interior de uma FD, de modo a compreender como aquele é mobilizado no interior desta, produzindo sentidos no acontecimento discursivo em questão.

O interdiscurso de uma formação discursiva

Seguindo as definições teóricas de Courtine (2009), diremos que o domínio de saber de uma formação discursiva é constituído no interdiscurso. É nesse interior que ocorre a aceitabilidade de um discurso, sustentada pelos já-ditos, pelo conjunto de formulações, determinando o que pode e deve ser dito, bem como o que não pode e não deve ser dito no interior da mesma FD.

Não obstante, gostaria de analisar o interdiscurso como sendo atualizado no e pelo acontecimento discursivo, ou seja, há sempre uma reconfiguração das fronteiras de uma formação discursiva, deslocando sentidos na mesma medida em que as fronteiras dessa formação discursiva se deslocam. Isso equivale a dizer que os sentidos são atribuídos no acontecimento discursivo analisado, além do fato de se considerar uma formação discursiva como sendo um sistema de dispersão, no qual poderíamos encontrar materializadas nos discursos ideologias opostas, antagônicas, isto é, “não há uma essência do sentido. Ele é sempre uma relação que tem a ver com o conjunto de formações discursivas” (ORLANDI, 2006, p. 18). Portanto, ao considerar, segundo Pêcheux, o discurso como sendo o efeito de sentido entre locutores, faz-se mister considerarmos também que tais locutores inserem-se em uma determinada formação discursiva, que configura ideologicamente seus dizeres.

Contudo, a apreensão do interdiscurso é algo complexo, é irrepresentável, não sendo possível a apreensão do todo; logo, buscamos apreendê-lo como sendo aquilo que regula os deslocamentos de uma FD. É no interior do interdiscurso que se constitui uma FD reguladora dos sentidos possíveis de serem ditos, apreendidos. Os efeitos discursivos são podem ser analisados na articulação do plano interdiscursivo e intradiscursivo, isto é, no nível do interdiscurso e do funcionamento. É nesse acontecimento, no interior de uma dada FD, que os sentidos funcionam, recortando no interdiscurso uma memória de dizeres, ou seja, apreendendo aquela massa complexa de já-ditos, conforme a condição em que tal discurso emerge.

Logo, segundo Courtine,

(...) o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é levado, em razão das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos

produzidos no exterior de si mesmo, a depois produzir sua redefinição ou volta; a igualmente suscitar a lembrança de seus próprios elementos, a organizar sua repetição, mas também, eventualmente, a provocar seu apagamento, esquecimento ou mesmo sua denegação (...) (COURTINE, 2009, p. 100).

Courtine mostra-nos como os sentidos devem ser analisados de acordo com a FD em que se encontram, visto elas representarem posições ideológicas de um acontecimento dado. Ao mesmo tempo, notamos que o interdiscurso também é responsável pelo apagamento e esquecimento de sentidos antes existentes em uma certa formação discursiva. Neste ponto, interessa-nos discutir o apagamento de certas memórias discursivas que oferecem existência histórica a práticas discursivas regradas ideologicamente na sociedade. Para tanto, abordaremos a questão da memória discursiva, que se dá no acontecimento discursivo pelo funcionamento do interdiscurso na formulação do enunciado, em determinada FD.

Memória discursiva

Trabalhar o conceito de **memória discursiva** requer de nós um entendimento do fato de que ela se difere da memória psicológica, tratada pelos psicólogos ou psicolinguistas. Para a linguística, ela se refere à "(...) existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos" (COURTINE, 2009, p. 105), ou seja,

(...) do que nos lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada, ao escrever um panfleto, uma moção, uma tomada de posição? Em outras palavras: como o trabalho de uma memória coletiva permite, no interior de uma FD, a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são os enunciados? Enfim, sobre que modo material existe uma memória discursiva? (COURTINE, 2009, p. 106)

Fica claro, pela definição acima, que a **memória discursiva** é agenciada no interior de uma FD, na qual os discursos emergem, segundo posições ideológicas pré-estabelecidas. É mister notarmos que, junto à memória, também trabalham o esquecimento e, em nosso entendimento, o silêncio (ORLANDI, 2007) existente em certas FDs, de certos sentidos tidos como proibidos de serem circulados, levando ao seu apagamento na FD. Pensar o sentido como sendo dado às palavras, aos enunciados, no interior de uma FD determinada é relevar o fato de que há uma

multiplicidade de sentidos possíveis àquela palavra, àquele enunciado; ademais, é aí que o silêncio trabalha, no limite entre uma FD e outra, visto serem elas que agenciam os sentidos atribuídos aos enunciados.

Evidentemente, ao pensar a memória discursiva como sendo uma atualização do interdiscurso no acontecimento discursivo, devemos considerar a necessidade de se recortar apenas alguns sentidos possíveis de serem lembrados, rememorados por esse acontecimento. É neste ponto que cabe-nos considerar a intervenção do apagamento, ocasionado pelo silenciamento imposto aos discursos, devido à sua inserção em uma ou outra FD. Como nos adverte Orlandi (2007, p. 71), “O sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo.” Como podemos observar, as várias possibilidades de efeitos sentido produzidos nos discurso dão-se no interior de uma FD, não homogênea, que trabalha sob o efeito do silêncio. Ao dizer X, apagamos outros sentidos existentes, de modo a exaltar apenas um, visto o indivíduo ser agenciado ideologicamente no acontecimento discursivo para ocupar uma posição-sujeito. No entanto, nos dizeres de Courtine, ao analisarmos o efeito do interdiscurso no intradiscurso, devemos considerar os eixos discursivos, observando que a memória representa

(...) num plano de organização de corpus discursivo, o interdiscurso como instância de constituição de um discurso transversal que regula para um sujeito enunciador, produzindo uma sdr em cp determinadas, o modo de doação dos objetos de que fala o discurso, assim como o modo de articulação desses objetos: é a partir do domínio de memória que se poderá aproximar os processos que garantem a referência dos nomes por um sujeito enunciador e autorizam, assim, a predicação e a correferencialidade (COURTINE, 209, p. 112).

Ao descrever os dois eixos do discurso – o eixo da constituição e o da formulação -, Courtine situa a memória no eixo vertical, sendo ela as enunciações que se estratificam no interdiscurso, de modo que qualquer formulação é sempre determinada pelo conjunto das formulações já feitas, pelo já-dito. Disso decorre o fato de que só podemos pensar na memória apreendida por um enunciado depois de analisarmos a qual FD ele pertence; ademais, devemos pensar a memória discursiva como sendo um “recorte” do interdiscurso ocorrido no acontecimento discursivo em que aparece o enunciado. Mais uma vez, os sentidos só serão produzidos no interior de uma FD, que apresenta um interdiscurso, ou seja, o conjunto dos dizeres possíveis, dos já-ditos, ao serem enunciados, recortando,

assim, uma memória no acontecimento. Os sentidos são atualizados no e pelo acontecimento discursivo em que tal sequência discursiva ocorre.

É tratando da sdr que podemos falar no **domínio da memória**. De acordo com Courtine,

(...) o domínio de memória representa, num plano de organização de corpus discursivo, o interdiscurso como instância de constituição de um discurso transversal que regula para um sujeito enunciador, produzindo uma sdr em cp determinadas, o modo de doação dos objetos de que fala o discurso, assim como o modo de articulação desses objetos: é a partir do domínio de memória que se poderá aproximar os processos que garantem a referência dos nomes por um sujeito enunciador e autorizam, assim, a predicação e a correferencialidade (COURTINE, 2009, p. 112).

Para o autor, a sustentabilidade de seu discurso dá-se pelo **domínio de memória**, garantindo e autorizando os efeitos de sentidos produzidos no discurso realizado em determinadas condições de produção, no interior das formações discursivas em que estão inseridos os sujeitos.

Não devemos considerar que a memória discursiva seria o início dos sentidos produzidos em uma determinada FD; mas é pelo agenciamento da memória no acontecimento discursivo que se garantem os sentidos de um discurso filiado a essa FD. Só há sentido para uma palavra se ela já fizer sentido antes, num já-lá, num já-dito em algum lugar não apreensível – o interdiscurso. Cabe aqui uma questão: como os sentidos são regulados no interior de uma FD?

A fim de tentar explicar tal questionamento, não com o intuito de dar cabo dele, mas de apresentar hipóteses que funcionarão, de certa forma, para a análise do meu corpus, tentarei relacionar a constituição dos sentidos de uma FD ao processo de silenciamento que evita determinados sentidos impossíveis de serem sustentados no interior desta FD. Muito frequentemente, vimos casos em que determinados sentidos precisam ser silenciados, apagados, de modo que os discursos produzidos em certas condições possam fazer sentido, e mais, possam tornar-se fortes a fim de garantir sua sustentação discursiva. Nada mais certo, para garantir determinados sentidos em uma FD, que provocar o apagamento daqueles sentidos indesejados, que causariam um desconforto e, até mesmo, um efeito de sentido contrário àquele pretendido.

Como sabemos por Pêcheux (1975), as formações discursivas materializam nos discursos as ideologias das formações ideológicas às quais

pertencem os sujeitos que enunciam. Como vimos, a memória discursiva pode ser considerada como sendo um recorte, uma atualização do interdiscurso no instante do acontecimento discursivo, dentro de determinadas condições de emergência para tal discurso. Ora, ao trabalharmos com discursos que indicam posicionamentos ideológicos distintos em relação a uma mesma temática, verificamos que eles se inserem em diferentes FDs, mesmo aceitando o fato de uma FD poder ser heterogênea. Isso não quer dizer que enunciados ideologicamente opostos não possam ocupar a mesma FD, mas quer dizer que, ao serem enunciados em uma mesma FD ganham uma configuração atual, renovada no acontecimento em que se deu.

Considerar que os sentidos são agenciados nas FDs é considerar que os efeitos da enunciação de uma sdr são produzidos no interior do processo discursivo, ou seja, considerando-se as condições de produção e emergência desse enunciado. Ademais, só se pode analisar a memória que esta sdr recorta no acontecimento discursivo, no interior de uma FD. É no interior dessa FD que há o ressurgimento de uma formulação, de acordo com determinadas condições de produção, movimentando enunciados anteriores, que estão presentes no interdiscurso. De fato, o que temos é um efeito de memória dado no interior do acontecimento, determinando as condições de produção do enunciado.

Memória e apagamento

Como dissemos anteriormente, pensar a memória discursiva é considerar uma atualização do interdiscurso no presente do acontecimento discursivo dadas determinadas condições de produção e emergência dos enunciados. Sendo assim, é no interior de uma FD que devemos analisar o funcionamento da memória e do apagamento desta, visto serem eles indissociáveis, do meu ponto de vista.

No acontecimento, com a irrupção de um enunciado atualizando uma memória no momento do acontecimento, no interior de uma FD, que determina as condições de produção deste enunciado, há um recorte do interdiscurso que faz aparecerem sentidos determinados de acordo com a FD em que tal enunciado está inserido. Entretanto, pela definição de interdiscurso como constituído de todo dizer já-dito, aquilo que pode ou não ser dito, devemos considerar que o recorte desse interdiscurso baseia-se em uma escolha do que pode ou não ser lembrado,

relembrado, e aquilo que deve ser esquecido, apagado nos dizeres que constituem uma FD.

Evidentemente, aquilo que dever ser lembrado pela memória, no interior de uma FD vai ao encontro das posições ideológicas materializadas pela FD em questão, isto é, dos discursos são regulados no interior de uma FD, que indica os sentidos que podem ser produzidos e aqueles que devem ser apagados. É pela memória discursiva que os discursos fazem sentido; não basta pertecerem a determinada FD, pois o discurso não é único, ou seja, não podemos entendê-lo como sendo originado no sujeito, no interior de uma FD pela primeira vez. É preciso considerar todos os fios de discursos que o entrelaçam como sendo os formadores dos sentidos produzidos no acontecimento discursivo irrompido pelo enunciado.

Trabalhar a memória discursiva é compreender como os sentidos são constituídos no interior de uma dada FD, bem como entender os sentidos que são apagados no processo de reformulação do enunciado. Faz-se necessário compreender o modo pelo qual tal apagamento ocorre, e o sentido de tal apagamento no discurso emergido.

Considero, de minha parte, que, ao instituir uma memória no interior de uma FD, dado por um determinado acontecimento discursivo, promove-se o apagamento de outros sentidos possíveis ao enunciado que emerge. Há sempre um deslizamento de sentidos produzidos no interior de uma FD, visto ela não ser homogênea, mas permitir deslocamentos de sentidos possíveis, de acordo com as condições em que ocorre o aparecimento do enunciado. É, então, nesses deslocamentos de sentidos que compreendemos o fato de que necessita-se dizer para não dizer, ou seja, é necessário dizer de uma determinada posição-sujeito, que materializa uma formação ideológica no interior de uma FD, para silenciar outros dizeres que, por motivos de inconveniência, necessitam ser silenciados ou, até mesmo, apagados. Ao denominarmos, por exemplo, **Nova República** ao período que segue a ditadura militar, apaga-se o fato de que aquilo que tínhamos antes era um regime autoritário. Isso deve-se ao fato de que, neste acontecimento de nomeação da república, o léxico **nova** atualiza uma memória ao regime em questão, ou seja, **república**, rememorando sentidos como os de liberdade, igualdade, direitos entre outros. Com isso, tem-se o apagamento de uma memória de repressão, de dificuldades, de tormento por parte da ditadura militar. Não se deseja que essa

época tenha sentido nos discursos republicanos, logo, silenciam-se seus discursos, na intenção de apagar os sentidos de autoritarismo.

Logo, é necessário compreender que, ao recortar uma memória do interdiscurso, pela atualização desta no acontecimento discursivo, no interior de uma FD determinada, outros sentidos são silenciados, apagados, proibidos de significar neste acontecimento. Por isso, a memória trabalha sempre com o silenciamento, o apagamento, de forma que ela seleciona os sentidos possíveis de serem rememorados no interior de uma FD determinada.

É interessante observarmos que o silenciamento de certos discursos deve-se ao apagamento que ocorre na memória de dizeres possíveis a eles. Isto é, como o sentido de um discurso dá-se no interior de uma FD, que organiza um interdiscurso, agenciando todos os dizeres já-ditos, ao se promover o silenciamento de certos dizeres, apagam-se certos já-ditos, que não devem ser rememorados no acontecimento que atualiza a memória relacionada a certa FD. De certo modo, proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos, chegando-se até mesmo a proibirem-se certas posições-sujeito no interior de determinadas FDs. Como nos diz Orlandi,

Se, de um lado, toda formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma porque os limites do dizer, as diferentes regiões de sua constituição, refletem sua relação com sua exterioridade (o outro sentido), por outro lado, o sentido é errático, podendo migrar de uma sua região para outra. Assim, faz parte das condições de produção do sentido a circulação possível pelas diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2007, p. 80).

É nessa medida que os sentidos circulam de uma FD para outra, obrigando um deslocamento de sentidos, sendo necessário que, para significar, diga-se X para não dizer Y, ou seja, é pelo modo como os sentidos circulam em uma FD que se diz, por exemplo, **sem medo** para significar **com coragem**. Pensando deste modo, podemos analisar como os **discursos contra-cotas** produzem sentidos que deslizam, recortando uma memória, no acontecimento, que produz um efeito de sentido de racismo.

A fim de compreendermos como são constituídos os discursos em questão, passaremos à análise do corpus, baseando-se nas teorias acima discutidas.

Apresentação e análise do *corpus*

Para a análise do **corpus** estudado, foram trazidos alguns recortes retirados de matérias de jornais e revistas, pichações, bem como dos textos apresentados ao Supremo Tribunal Federal, na data em que houve as reuniões para votação acerca da proposta da implantação das políticas de ações afirmativas e das cotas raciais para o ingresso na universidade pública.

Como nosso primeiro recorte, temos uma inscrição pichada em um muro. Observe o enunciado abaixo:

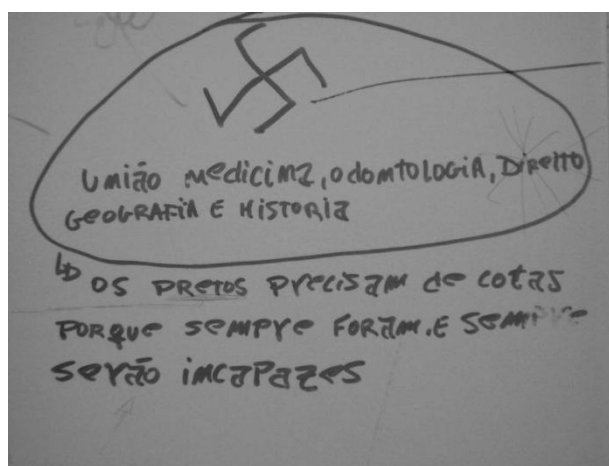


Figura 1 – Pichações racistas no banheiro masculino da Didática II na UFS

Na figura 1, encontramos uma pichação que contém os seguintes enunciados: **União medicina, odontologia, direito, geografia e história. Os pretos precisam de cotas porque sempre foram e sempre serão incapazes.** Podemos observar que o enunciado em questão tem sua condição de emergência garantida pela discussão sobre as cotas raciais e pelas políticas de ações afirmativas. Ademais, podemos observar que o sujeito enuncia de uma posição ideologicamente marcada como dominante na sociedade brasileira, observada nos dizeres **União medicina, odontologia, direito, geografia e história.**

O enunciado acima pode ser tomado como uma sequência discursiva de referência (sdr), visto que ela relaciona o sujeito da enunciação com a situação em que tal enunciação se deu, o acontecimento discursivo. Este enunciado serve para marcar, como se fosse um registro de autoria, os responsáveis pelo enunciado que se segue, no qual deixam clara sua posição acerca das cotas raciais. Não podemos nos esquecer de que tais sujeitos são afetados pela ideologia e, a partir de uma

posição-sujeito configurada por tal ideologia, enunciam dentro de uma FD, que deixa materializada sua posição ideológica em relação às cotas raciais.

Considerando que a relação entre interdiscurso e intradiscurso origina o efeito de memória, ao analisarmos como essa memória funciona no acontecimento em que emerge o enunciado **União medicina, odontologia, direito, geografia e história**, notamos que ele recorta como memória discursiva uma região do interdiscurso que define as posições sociais ocupadas pelos integrantes dos cursos de medicina, odontologia e direito. Esse acontecimento abre como memória discursos acerca da boa posição social ocupada pelos estudantes dos referidos cursos, geralmente das classes média e alta da sociedade. Ademais, tais sujeitos carregam consigo, em seus discursos, a ideologia dessas classes sociais que ocupam majoritariamente os cursos em questão.

É interessante notar que, no interior dessa formação discursiva em que os discursos da elite se sobrepõem, aparecem identificados sujeitos que ocupam uma posição hierarquicamente “inferior” em relação aos cursos universitários perante a sociedade – História e Geografia. Por sua posição social inferior, poder-se-ia depreender que tais sujeitos enunciassem de posições menos radicais, menos conservadores, identificando-se a uma luta social – as cotas raciais. No entanto, percebemos serem eles identificados também como autores dos dizeres anti-cotas, o que demonstra que ocupam lugares sociais marcados por uma ideologia dominante, a das classes média e alta.

Passando para o segundo enunciado, em que encontramos os seguintes dizeres : **“Os pretos precisam de cotas porque sempre foram e sempre serão incapazes”**, devemos observar em nossa análise duas questões importante. São elas: 1. Há a designação **pretos** no lugar do que seria considerada uma linguagem politicamente correta, que traria o lexema **negro**; 2. A memória discursiva é atualizada no presente do acontecimento no caso do enunciado **“(...) porque sempre foram e sempre serão incapazes.”**. Como a designação e a memória trabalham neste enunciado de forma que produzam sentidos no acontecimento relacionado às cotas raciais?

Ao designar os indivíduos por **“pretos”**, atribui-se a eles uma posição-sujeito marcada ideologicamente, e que significa no acontecimento em questão por meio da memória discursiva, que busca no interdiscurso os dizeres acerca do **“preto”** no Brasil. Os sujeitos designados dessa maneira são identificados a uma

categoria inferior de cidadãos, de sujeitos, aquela que foi trazida pelos portugueses como escravos para trabalharem como mão-de-obra nas plantações de cana-de-açúcar, durante o Brasil colônia. Se pensarmos os sentidos como sendo constituídos no interior de FDs e sempre sendo atualização da memória no presente do acontecimento, não podemos nos esquecer de considerar todo o interdiscurso acerca do negro no Brasil. Mesmo após sua libertação da posição de escravo, ele não ocupou definitivamente um lugar na sociedade brasileira, que continuo sustentando seus discursos em memoráveis racistas, da época da escravidão.

Os negros, por sua condição de escravos, não podiam realizar algumas tarefas condizentes com a condição de cidadão. Após a declaração da abolição da escravidão, os negros libertos não se individuaram, de acordo com Orlandi (2008, p. 106), como sujeitos na sociedade, possuindo uma posição social, enunciando de uma posição sujeito, pois a resistência em se admitir a entrada desses indivíduos em uma sociedade ainda com mentalidade escravocrata foi imensa. Logo, os negros não tinham acesso à educação, à saúde entre outras coisas que a sociedade deveria lhes oferecer. Como não se adequavam a nenhuma posição social significativa para a sociedade da época, eram tidos como inferiores aos demais, que tinham livre acesso às várias posições sociais possíveis.

O enunciado em questão traz, também, um ponto interessante: a existência de um “sempre-ainda”, nos dizeres de Courtine (2009), produzido pelas condições de produção em que este enunciado emerge. Ao passo que temos uma memória discursiva, retirada de um “já-dito” um “já-lá”, encontramos também um a-dizer produzido, sustentado pelo “sempre-ainda”, que se dá no acontecimento discursivo desta pichação. Sustentado pela memória de dizeres que atribuem o sentido de superioridade da população branca, de uma certa elite étnica, pela memória de dizeres que garantem a inferioridade dos negros sustentada pelos já-ditos da escravidão, o sempre-ainda antecipa os dizeres sobre os negros, afirmando seu despartencimento a uma faixa privilegiada da sociedade – aquela que está no ensino superior público – afirmando sua inferioridade por antecipação, por meio do acontecimento que é sustentado pela memória de dizer. Ora, ao predicarmos o negro como inferior, no interior desta FD analisada, podemos identificar uma FI “racista”, ou seja, que produz a segregação por meio de questões raciais. Neste ponto, trabalhamos a FD como sendo um princípio de aceitabilidade discursiva, que

permite aos sujeitos tomados pela ideologia enunciarem de uma posição em que fica clara a ideologia segregacional e racista.

Abaixo, temos um outro recorte no qual encontramos marcada a posição-sujeito do enunciador.



Figura 2 – Pichação em muro em frente à UFRGS

Esta pichação foi retirada de um muro em frente à UFRGS, Porto Alegre, em 2009, quando da discussão sobre a implantação do sistema de cotas raciais na UFRGS. O enunciado acima irrompe um acontecimento discursivo referente às cotas raciais, marcando uma posição-sujeito ideologicamente contrária à adoção das mesmas; podemos notar as palavras presentes como “negro” e “cozinha” que, no interior de tal formação discursiva, faz trabalhar uma memória de escravidão e inferioridade do negro na sociedade brasileira. No interdiscurso relacionado à situação dos negros na sociedade brasileira, encontramos como memória que emerge neste acontecimento atribuindo aos negros uma posição social ainda de inferioridade, visto que a eles são atribuídos lugares sociais tal como a **“cozinha do RU”**. Esse discurso rememora enunciados sobre a situação do negro quando da escravidão, momento no qual ele ocupava uma posição servil na sociedade, exercendo funções que se limitavam à cozinha das casas dos senhores de engenho. É nesse domínio de memória que ocorre a projeção para a sustentação de um domínio de antecipação que garante os discursos excludentes perante a situação do negro na sociedade.

No recorte a seguir, observamos que o enunciado se filia a uma FD desfavorável às cotas raciais. Nele, podemos observar uma posição-sujeito perpassada pelo discurso legal, o da constituição federal, que provoca um silenciamento de outros sentidos, um apagamento de outras memórias.

A supressão de vagas ao 'não-negro' viola o princípio constitucional da igualdade, sem que haja real fator para privilegiar o denominado 'negro', em detrimento do denominado 'não-negro'.

Audiência pública no STF sobre as cotas raciais e reserva de vagas no ensino superior público

De início, notemos que o sujeito enuncia de uma posição legal, ou seja, recortando uma parte do interdiscurso sustentado pela Constituição da República que garante a igualdade a todos sem distinção de cor, raça, sexo entre outros. Ao apoiar seu discurso em uma memória de igualdade, sustentada pelo interdiscurso da igualdade constitucional, vemos que ocorre um silenciamento das desigualdades existentes no país, principalmente aquelas decorrentes das diferenças raciais. Ao prosseguir seu enunciado afirmando não haver **“real fator para privilegiar o denominado ‘negro’”**, enuncia-se de uma posição que pretende silenciar as diferenças existentes entre “negros” e “não-negros”. Sustentado pela memória discursiva que garante a igualdade de todos diante da sociedade, como previsto no texto de maior valor legal vigente em nosso país – a Constituição Federal –, silenciam-se as desigualdades existentes oriundas das diferenças raciais, provocando até mesmo o apagamento de sentido de uma sociedade racista, que promove desigualmente os sujeitos, julgando-os pela cor de pele ou raça.

Ao afirmar não haver **“real fator para privilegiar o denominado ‘não-negro’”**, silenciam-se os discursos referentes à inclusão do negro na sociedade, visto que se forja um pertencimento do mesmo, promovendo o apagamento das diferenças raciais, bem como o privilégio existente para como branco na sociedade. Ao se afirmar que não há motivos para privilegiar o **“negro”** por meio de políticas de cotas raciais, silencia-se a memória sobre os discursos racistas que ainda permeiam nossa sociedade, que se diz igualitária e justa. É por meio do silenciamento dos sentidos provocados em determinadas formações discursivas que se deseja apagar as memórias que se irrompem no acontecimento referente às ações afirmativas de cotas raciais.

Por meio das análises empreendidas, fica claro que a sociedade brasileira possui uma memória que irrompe junto ao acontecimento discursivos referente às ações afirmativas de cotas raciais. No entanto, devido à posição que cada sujeito ocupa dentro de uma formação discursiva dada, alguns sentidos necessitam ser silenciados e apagados, de modo que outros possam ocupar seus lugares no dizer,

garantindo um sentido caracterizado como correto, no qual não se evidenciam nenhum tipo de preconceito racial e que, ao contrário, procuram sempre promover a igualdade em nossa sociedade.

Pudemos observar a presença do léxico “igualdade” e “incapazes” nos recortes analisados. Tais lexemas produzem efeitos de sentido distintos nas FDs às quais se filiam. Tais efeitos de sentido são decorrentes da memória de dizer que cada léxico recorta do interdiscurso e, embora possam fazer parte de uma mesma formação discursiva, ao se analisarem os enunciados referentes às ações de políticas afirmativas, nota-se que os mesmos recortam uma memória distinta no interdiscurso e são enunciados por posições-sujeito distintas na FD em que se inserem. Portanto, uma vez mais, vale ressaltar que o sentido do léxico no discurso é dado pela relação entre interdiscurso e intradiscurso, como uma atualização da memória no instante do acontecimento discursivo, no interior de uma FD.

Considerações finais

A partir das análises empreendidas sobre o corpus em questão, e tendo como embasamento teórico as noções de formação discursiva, na via de Pêcheux (2006) e Orlandi (2006, 2007), de silêncio e de memória discursiva tratados pela autora, bem como domínio de memória, no viés de Courtine (2009), pudemos observar o funcionamento dos discursos contra as políticas de ações afirmativas e aqueles a favor das mesmas, compreendendo como se dão o silenciamento e o apagamento da memória nos discursos contra as ações afirmativas; memória que irrompe no acontecimento discursivo, trazendo para a significação o sentido de racismo presente nos discursos da sociedade brasileira em relação às questões de políticas públicas, especificamente aquelas relacionadas à concessão de cotas nas universidades por meios da questão étnico-racial.

Ademais, observou-se como os sujeitos são agenciados ideologicamente em seus dizeres e, desse modo, filiam-se a determinadas formações discursivas que corroboram para o apagamentos das diferenças e das desigualdades existentes no país, tendo como sustentação de seus discursos o discurso legal, da Constituição Federal. É por meio desse discurso que ocorre o silenciamento das diferenças existentes no país, o que leva ao apagamento das desigualdades raciais existentes. É no interior deste trabalho que se procurou compreender os funcionamentos

discursivos sobre as políticas de ações afirmativas, observando como se constituem os discursos pró e contra as cotas raciais e as políticas de ações afirmativas.

Referências

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CDPDOC**. Rio de Janeiro, RJ: Pallas; CDPDOC-FGV, 2007. 526 p.

CONSTANTINO, R. Cotas. In: _____. **Estrela cadente: as contradições e trapalhadas do PT**. Belo Horizonte, MG: Soler Editora, 2005. p. 45-56.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009. 250 p.

DIJK, T. A. van (org.) **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008. 377 p.

DIJK, T. A. van. “Discurso, poder e racismo”. In: _____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 96-101.

DIWAN, P. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007. 158 p.

MAGNOLI, D. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo, SP: Contexto, 2009. 398 p.

MOYA, T. S. As políticas de promoção da igualdade racial durante o governo FHC e sua repercussão na mídia impressa. In: **Revista Versões**, ano II, nº 2, Jan-Jun/2006. São Carlos, SP: UFSCar, p. 163-184.

ORLANDI, E. P. Análise do discurso. In: ____; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.) **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, p. 11-31.

____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª edição - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. 181 p.

____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 3ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2008. 218 p.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: _____ HAK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Trad. Betânia S. Mariani et al. – 1ª edição – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 159-250.

PÊCHEUX, M. (1988) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. – 4ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. 68 p.

RISÉRIO, A. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo, SP: Ed. 34, 2007. 438 p.

Site

Audiência pública no STF sobre as cotas raciais e reserva de vagas no ensino superior público. In: www.stf.jus.br.